

NSN - Nova Sociedade de Navegação S.A.

Informações contábeis intermediárias acompanhadas do relatório sobre a revisão de informações trimestrais em 31 de março de 2026

Ref.: Relatório nº 265FJ-048-PB



Índice

	Página
Relatório da Administração	3
Relatório sobre a revisão de informações trimestrais	27
Informações contábeis intermediárias para o período de três meses em 31 de março de 2026	29
Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2026	35



RELATÓRIO DE DESEMPENHO

1T2026

columbus
SHIPPING



Indicadores Relevantes 1T 2026



NAVEGAÇÃO



R\$ 45.455

milhares de reais

Receita Líquida



R\$ 10.645

milhares de reais

EBITDA



R\$ 9.301

milhares de reais

EBITDA Ajustado

COLUMBUS OFFSHORE



56,7%

Operacionalidade da frota



3 AHTS

1 OSRV



R\$ 663.596

milhares de reais

Backlog de contratos

CIA DE NAVEGACAO DA AMAZÔNIA



20 BALSAS

12 EMPURRADORES



R\$ 6.457

milhares de reais

AFRMM gerado



194 mil m³

Volume transportado

Rio de Janeiro, 15 de maio de 2026. A Administração da Nova Sociedade de Navegação S.A. (“Columbus Shipping” ou “Companhia”), incluindo a Sociedade em Conta de Participação (“SCP”), detida em conjunto com sua Controladora MLog S.A. (“MLog”), à qual a Columbus Shipping é sócia participante e a MLog sócia ostensiva, em atendimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação dos Senhores o Relatório de Desempenho e as Informações Contábeis Intermediárias Individuais e Consolidadas da Companhia, acompanhados do Relatório do Auditor Independente sobre a Revisão de Informações Trimestrais, todos referentes ao primeiro trimestre de 2026, encerrado em 31 de março de 2026. Todos os valores mencionados neste relatório, referentes às Demonstrações contábeis individuais, são apresentados em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Contexto Operacional e Estratégico

A Nova Sociedade de Navegação S.A. (“NSN”), cujo nome fantasia foi definido como Columbus Shipping, foi constituída em 2022, com sede na cidade do Rio de Janeiro, no estado do Rio de Janeiro, tendo como sócios MLog S.A. (“MLog”) com 99,99% de seu capital e 0,01% detido pela Companhia de Desenvolvimento do Norte Capixaba S.A. (“CDNC”), também controlada da MLog S.A.

A Companhia foi constituída com o objetivo de desenvolver oportunidades de negócios na indústria brasileira de óleo e gás, combustíveis líquidos e logística, podendo atuar, inclusive, como plataforma das atividades de navegação do Grupo MLog. Em função (1) do Programa de Estímulo ao Transporte por Cabotagem - BR do Mar, aprovado em 7 de janeiro de 2022 e constituído na Lei nº14.301, (2) da mudança gradual da distribuição societária do parque de refino brasileiro em função do compromisso assumido pela Petrobras de desinvestimento das refinarias fora do eixo Rio - São Paulo e (3) do crescimento da participação do pré-sal na matriz brasileira de exploração e produção de óleo e gás, a MLog está executando seus planos para alcançar participação relevante em todas as oportunidades listadas.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

A Columbus Shipping possui estrutura administrativa e de ativos consolidados por meio de sua SCP, que reflete as operações dos segmentos de navegação de apoio marítimo offshore (Columbus Offshore) e interior (CNA).

Ao longo do primeiro trimestre de 2026, a CNA (navegação interior) manteve o foco na implementação das ações que visam alavancar a rentabilidade no curto e médio prazos. Nesse contexto, continuaram os investimentos em modernização da frota, com a utilização dos recursos do AFRMM. A construção da balsa petroleira, com capacidade de 4.300 m³, encontra-se avançada, com 91% de obra concluída. A previsão é de que a nova balsa seja incorporada à frota operacional da CNA em junho deste ano. As quatro balsas graneleiras (as primeiras da frota de transporte a granel da empresa) estão com 40% a 80% do percentual de obra executados. Ressalta-se que as novas embarcações já deveriam ter sido entregues à CNA, mas ocorreram atrasos por parte do estaleiro contratado.

Na navegação de apoio marítimo offshore, conforme informado no relatório do exercício de 2025, duas das embarcações da Columbus Offshore apresentaram intercorrências mecânicas: o AHTS Geonísio Barroso está inoperante desde 21 de dezembro de 2025 e o AHTS Yvan Barretto está fora de operação desde 30 de janeiro de 2026. Os reparos e as substituições de peças estão sendo efetivados. Entretanto, o fato de parte significativa das peças de reposição ser importada tem atrasado a volta à operação dessas embarcações. Estamos trabalhando intensamente para que as embarcações retomem a operação em meados de junho de 2026.

Ressalta-se ainda que as operações estão cobertas por seguros que contemplam tanto o reembolso de despesas com manutenção e substituição de peças, quanto a cobertura por lucros cessantes. Parte do reembolso de lucros cessantes da embarcação Geonísio Barroso foi recebida em março de 2026, correspondendo ao montante de R\$5,5 milhões. Estamos aguardando o recebimento da diferença da receita de lucros cessantes dessa embarcação, além do montante relativo ao Yvan Barretto, bem como os reembolsos referentes aos gastos com serviços e peças. Para maio, está previsto o recebimento de aproximadamente R\$ 6,5 milhões em reembolsos, que englobam tanto lucros cessantes quanto parcela de adiantamento dos custos comprovados com a manutenção das embarcações.

É importante destacar que, em decorrência dos recentes eventos de inoperância das duas embarcações, foi necessário intensificar a adoção de medidas voltadas à preservação da liquidez no curto prazo, incluindo a venda de ativos não estratégicos, a suspensão temporária do pagamento de dívidas, as negociações em andamento com credores para adequação dos passivos, além do fortalecimento das medidas de austeridade.

Por fim, ressaltamos que, em março de 2026, foi concluída a transação de aquisição da participação remanescente na Asgaard Bourbon Navegação, agora denominada Columbus Offshore. O movimento realizado permite a plena integração da Columbus Offshore ao portfólio de navegação, possibilitando maior sinergia entre os ativos do Grupo.

Criação da Sociedade em Conta de Participação

Em 02 de janeiro de 2023, a Companhia criou uma Sociedade em Conta de Participação denominada SCP, nos termos do artigo 991 do Código Civil Brasileiro, em conjunto com a MLog, a qual a MLog é a sócia ostensiva com 99,9% de participação e a Columbus Shipping é a sócia participante, com 0,1% de participação.

A criação da SCP visa organizar e concentrar todos os ativos de navegação (apoio offshore, navegação interior e navios), possibilitando assim demonstrar o desempenho e evolução do segmento de navegação sob uma única empresa, antes mesmo da obtenção de anuências formais necessárias para transferência dos referidos ativos para a Columbus Shipping.

As referidas anuências, que dependem dos bancos e dos credores, estão em fase de solicitação. A intenção da Companhia, após a obtenção de todas as anuências, é transferir os ativos relacionados à navegação diretamente para a Columbus Shipping.

A SCP serve de veículo transitório para os ativos e passivos que, por questões regulatórias, estejam impedidos de transferência imediata. A SCP será encerrada em data posterior, após a extinção da última dívida que detém ativos componentes da SCP em garantia, passando assim a ter todos os ativos originalmente aportados na SCP livres de permissão para serem transferidos para a Columbus Shipping.

Até o momento, os ativos ainda não foram transferidos da MLog para a SCP, de forma que estão demonstrados na Columbus Shipping por meio de seu investimento na SCP, mas são de propriedade efetiva da MLog. Na inexistência de norma contábil específica para Sociedades em Conta de Participação, a Administração exerceu seu melhor julgamento para demonstrar a SCP nos registros da Columbus Shipping e, na impossibilidade de registro de equivalência patrimonial, optou por fazê-lo como investimento ao custo e a distribuição do resultado como contribuição de capital; sendo os números da SCP demonstrados em Nota Explicativa às Informações contábeis intermediárias da Columbus Shipping.

ATIVOS E PASSIVOS REPRESENTADOS SOB A SCP:

- 100% das ações da Companhia de Navegação da Amazônia ("CNA");
- 100% das ações da Columbus Offshore ("ex-ABN");
- 3 embarcações AHTS (Yvan Barretto, Haroldo Ramos e Geonisio Barroso);
- Dívida originada com a aquisição da CNA; e
- Dívida com partes relacionadas.
- Dívidas com FIDC e demais instituições financeiras, captadas pela MLOG para financiar as recentes docagens das embarcações offshore e suportar a necessidade de capital de giro do Grupo .

Criação da Sociedade em Conta de Participação

A contribuição da Columbus Shipping, em contrapartida aos ativos aportados na SCP por sua sócia ostensiva (MLog), foi de R\$ 5 na forma de obrigação de aquisição de investimento.

A distribuição dos resultados desta SCP, de acordo com o instrumento particular que a rege, se dá na proporção de 99% para a sócia participante (Columbus Shipping) e 1% para a sócia ostensiva (MLog). A distribuição do resultado inversamente proporcional ao capital aportado ocorre por dois motivos:

- Como o propósito da SCP é mostrar o agregado de resultado da vertical de navegação (apoio offshore e interior) produzido pelos ativos geradores de caixa e financiado pela dívida atrelada a estes ativos, a distribuição de resultado com 99% atribuído à Columbus Shipping traduz essa dinâmica, deixando assim a Columbus Shipping, que foi criada com propósito de agregar os resultados, como a demonstradora dos resultados das Companhias de Navegação;
- A MLog (sócia ostensiva) é controladora única da SCP dado que detém 99,9% de forma direta e controla a Columbus Shipping, detentora dos 0,1% restantes. Dessa forma, para fins de consolidação, a não proporcionalidade da distribuição dos resultados é irrelevante para fins de demonstração consolidada MLog.



Estrutura Organizacional e Comercial

Desde sua constituição, a Companhia tem se dedicado a organizar sua estrutura administrativa, compondo equipes, bem como desenhando e revisando processos, para suportar suas operações.

Contatos e prospecções comerciais vêm sendo realizados com o objetivo de apresentar o Grupo, a holding de Navegação e seus objetivos estratégicos. À medida que os contatos comerciais sejam convertidos em estudos de oportunidade e madurem, a Companhia deverá dispor da flexibilidade prevista no orçamento para montar times de implantação e operação para categorias de negócios relacionados à navegação e a seus serviços de suporte.

Importante mencionar que dependendo da característica dos investimentos necessários, mais intensivos em capital (Capex) ou em operação (Opex), e do timing, a Companhia pode considerar operações para levantamento de capital (dívida ou equity) para além de eventual aporte da Controladora do Grupo e/ou acionistas atuais. Tais decisões serão discutidas, no momento oportuno, pelo Conselho de Administração da Companhia e comunicadas tempestivamente e de acordo com a regulação vigente.

A atividade operacional da Companhia iniciou-se no primeiro semestre de 2025, com o afretamento de uma embarcação de pequeno porte para uma das empresas do Grupo (Columbus Offshore, ex-ABN).



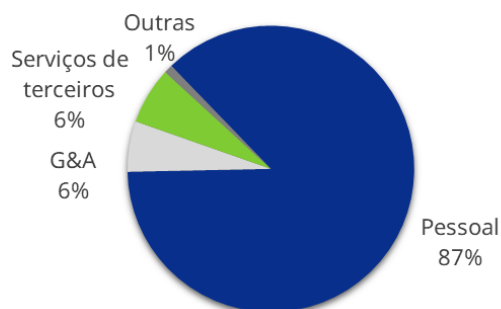
Em 2025, a Companhia passou a desenvolver diretamente atividade operacional, realizando o afretamento de uma embarcação de pequeno porte para uma das empresas do Grupo, a Columbus Offshore (ex-ABN).

A Companhia incorre ainda em despesas de estrutura administrativa que são compartilhadas com outras empresas do grupo, gerando um recebível pelo reembolso proveniente deste compartilhamento.

Em sequência, esse recebível é convertido em nota promissória que poderá ser compensada com outras despesas de natureza inversa, as quais as empresas do Grupo arcam e a Columbus Shipping reembolsa.

Nas seções a seguir serão reportados os principais resultados operacionais e financeiros alcançados pela Companhia, bem como pelos ativos aportados na SCP, que contribuiram para os resultados consolidados.

G&A 1T26



DESTAQUES DO 1T 2026

• Offshore

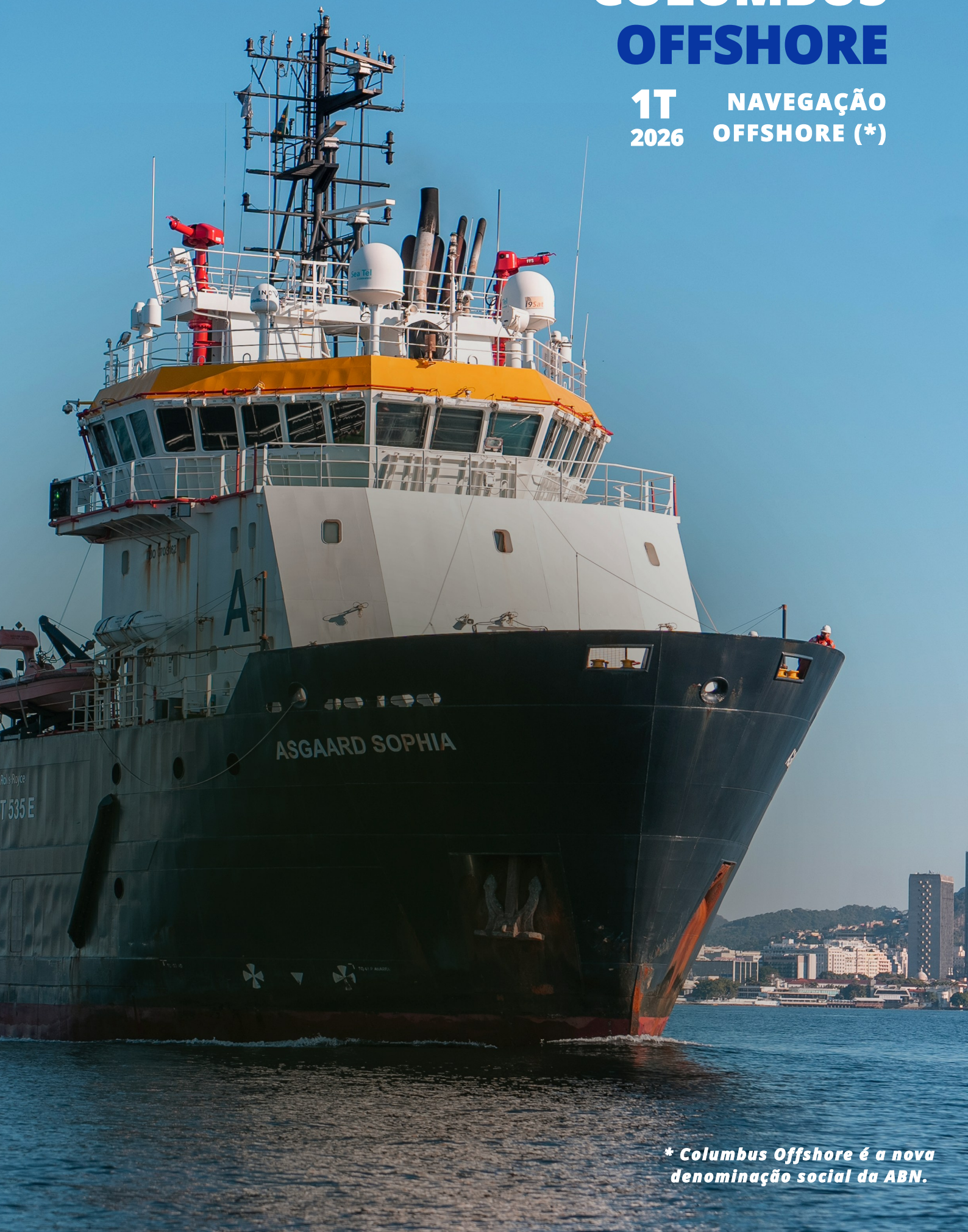
- ◇ A taxa de operacionalidade da frota atingiu 56,7% no primeiro trimestre de 2026, versus 86,1% no 4T25 e 98,1% no mesmo período de 2025, afetada pelas intercorrências mecânicas nos AHTS Geonísio Barroso e Yvan Barretto, que resultaram nas inoperâncias dessas embarcações a partir de 21 de dezembro de 2025 e 30 de janeiro de 2026, respectivamente. As demais embarcações, o AHTS Haroldo Ramos e OSRV Asgaard Sophia, performaram com elevado índice de operacionalidade no período, alcançando uma taxa média de 96,7%.
- ◇ A receita líquida dessa atividade totalizou R\$ 30,6 milhões no 1T26, queda de 29,3% ano contra ano, negativamente impactada pela menor operacionalidade no período. A maior taxa diária média diluiu parcialmente o impacto negativo da queda da taxa de operacionalidade. A comparação com o quarto trimestre de 2025 evidencia queda de 38,3%.
- ◇ Vale ressaltar o recebimento de parte do reembolso por lucros cessantes da embarcação Geonísio Barroso, no montante R\$ 5,5 milhões.

• Interior

- ◇ O volume transportado no 1T26 totalizou 194 mil m³, queda de 19,2% ano contra ano e 15,4% inferior ao 4T25. O menor volume foi consequência da redução da demanda por transporte por parte de um cliente cativo, que reestruturou sua estratégia operacional, passando a carregar parcela de sua carga diretamente no navio, bem como a atuação mais tímida no mercado spot em função do redimensionamento da frota, com a devolução, em 2025, das balsas afretadas.
- ◇ A receita líquida no 1T26 alcançou R\$15,2 milhões, leve queda de 1,3% ano/ano. Vale ressaltar que a performance no 1T25 incluía a receita de serviços de bunkering, atividade encerrada no primeiro semestre de 2025. Excluindo a atividade de bunkering, a receita dos serviços de transporte teria sido 12,6% superior ano/ano. A maior tarifa média e a receita dos contratos com cláusulas de "take or pay" contribuiram positivamente para a performance do segmento de transporte.

COLUMBUS OFFSHORE

1T NAVEGAÇÃO
2026 OFFSHORE (*)



** Columbus Offshore é a nova
denominação social da ABN.*

DESTAQUES OPERACIONAIS

Um dos investimentos da SCP, Columbus Offshore (ex-ABN), afreta quatro embarcações operacionais que são contratadas à Petrobras, sendo três AHTS e um OSRV de propriedade do grupo.

OPERACIONALIDADE¹

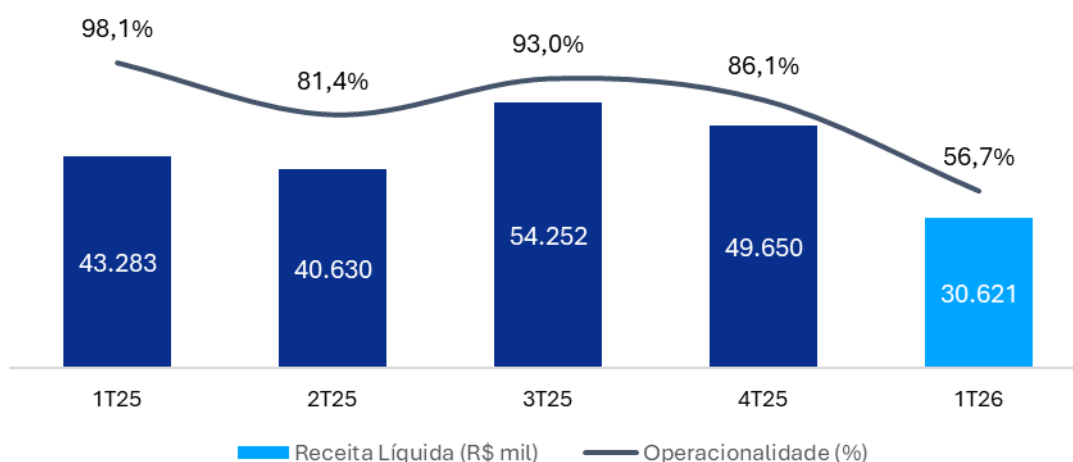
A taxa de operacionalidade da frota atingiu 56,7% no primeiro trimestre de 2026, versus 86,1% no 4T25 e 98,1% no mesmo período de 2025. A operacionalidade no 1T26 foi afetada pelas intercorrências mecânicas nos AHTS Geonísio Barroso e Yvan Barreto, que resultaram nas inoperâncias dessas embarcações a partir de 21 de dezembro de 2025 e 30 de janeiro de 2026, respectivamente. Até o final do primeiro trimestre, as duas embarcações ainda se encontravam em downtime, passando por intervenções de reparo e substituição de componentes, em sua maioria importados. As demais embarcações da operadora offshore, o AHTS Haroldo Ramos e OSRV Asgaard Sophia, performaram com elevado índice de operacionalidade no período, alcançando uma taxa média de 96,7%.

RECEITA LÍQUIDA

A receita líquida da atividade de apoio marítimo offshore totalizou R\$ 30,6 milhões no primeiro trimestre de 2026, queda de 29,3% ano contra ano, negativamente impactada pela menor operacionalidade no período. A maior taxa diária média diluiu parcialmente o impacto negativo da queda da taxa de operacionalidade. A comparação com o quarto trimestre de 2025 evidencia queda de 38,3%.

Todavia, vale ressaltar o recebimento de parte do reembolso por lucros cessantes da embarcação Geonísio Barroso no montante R\$ 5,5 milhões, contabilizado como outras receitas operacionais. A parcela referente ao lucros cessantes da embarcação Yvan Barreto ainda não foi recebida.

Operacionalidade e Receita Líquida



¹ Cálculo da Operacionalidade não considera parada para docagem ou readequação da embarcação para novos contratos.

Backlog atual de Contratos

O backlog representa o saldo de dias remanescentes de contrato valorados pelas diárias acordadas para cada embarcação. Ressalta-se que esse valor é estimado, uma vez que sua realização depende diretamente de taxas de câmbio futuras, bem como, da performance operacional das embarcações.

A operação de navegação de apoio marítimo offshore fechou o primeiro trimestre de 2026 com um backlog de R\$ 663,6 milhões, com perspectiva de realização dessa carteira em torno de três anos.

Destaca-se que das quatro embarcações de apoio marítimo offshore, três iniciaram novos contratos no biênio 2024/2025, que seguiram os mesmos escopos dos anteriores, mas com diárias reajustadas em patamares superiores. A totalidade dos contratos da operação offshore em andamento foram celebrados com a Petrobras.

Embarcação	Tipo Embarcação	Início do Contrato ¹	Término do Contrato Firme ²	Backlog (R\$ 000) ³
Haroldo Ramos	AHTS	set-23	set-27	101.984
Asgaard Sophia	OSRV	dez-24	jan-29	148.405
Geonísio Barroso	AHTS	abr-25	mai-29	206.514
Yvan Barretto	AHTS	mai-25	mai-29	206.693
Total				663.596



1- Foi considerado como início dos contratos a data efetiva de seu início, quando já realizada, ou estimada, quando futura.

2- O período firme de contrato equivale ao prazo mínimo garantido. Nossos contratos incluem períodos adicionais de renovação em caso de acordo mútuo entre as partes, não considerados no Backlog, exceto quando formalmente solicitados pelo Cliente.

3- O valor do backlog considera a taxa de câmbio de venda de fechamento em 31 março de 2026, de R\$5,2194, para conversão dos valores em US\$ para R\$.

PRINCIPAIS TIPOS DE EMBARCAÇÕES OFFSHORE

Platform Supply Vessel (PSV), embarcações capazes de transportar cargas líquidas e sólidas entre a costa e as plataformas e vice-versa.

ROV Supply Vessel (RSV), embarcações especializadas ou preparadas para operação de um ou mais ROV (Remote Operate Vehicle).

Multi-purpose Platform Supply Vessel (MPSV), embarcações multipropósito, capazes de transportar cargas líquidas e sólidas, capacidade de acomodação de pessoal acima dos PSVs, além da capacidade de outras operações, incluindo ROVs.

Anchor Handling Tug Supply (AHTS), embarcações capazes de ancorar e rebocar plataformas, guindastes e outras embarcações.

Oil Spill Response Vessel (OSRV), embarcações que contam com equipamentos de combate a incêndio e recolhimento de óleo no mar.

Well Stimulation Supply Vessel (WSSV), embarcações cujos equipamentos são capazes de intervir e estimular poços de petróleo, visando a melhora da recuperação de óleo.

Dive Support Vessel (DSV), embarcações equipadas para atividades que envolvam mergulhadores.

Construction Support Vessel (CSV), embarcações equipadas para atividades de construção e instalação submarinas, geralmente incluindo utilização de ROV e de mergulhadores.

OVERVIEW REGULATÓRIO DO MERCADO BRASILEIRO

Empresa Brasileira de Navegação (EBN) é uma entidade autorizada pelos órgãos reguladores (ANTAQ) a operar em atividades de navegação no Brasil. Para ser uma EBN, a empresa precisa ser brasileira (mesmo que seu capital seja detido por estrangeiros) e possuir ao menos uma embarcação de bandeira brasileira operando regularmente.

Registro Especial Brasileiro (REB) é um regime exclusivo a embarcações de bandeira brasileira, operadas por empresas brasileiras de navegação. Podem ser registradas no REB, embarcações construídas no Brasil, importadas (com devido pagamento dos impostos) ou estrangeiras, com suspensão temporária da bandeira original. Neste último caso, o registro depende da disponibilidade de tonagem de embarcações brasileiras pela EBN operadora (Artigo 10 da Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997).

PRINCIPAIS TIPOS DE AFRETAMENTO

Afretamento a casco nu (ou bareboat): afretador tem a posse, o uso e o controle da embarcação;

Afretamento por tempo (ou time charter): afretador recebe a embarcação armada e tripulada, ou parte dela, para operá-la.



COMPANHIA DE NAVEGAÇÃO DA AMAZÔNIA

CNA: NAVEGAÇÃO
INTERIOR E
CABOTAGEM

1T
2026

DESTAQUES OPERACIONAIS



A CNA, um dos investimentos da SCP, possui uma frota de 20 balsas e 12 empurradores.

Volume Transportado

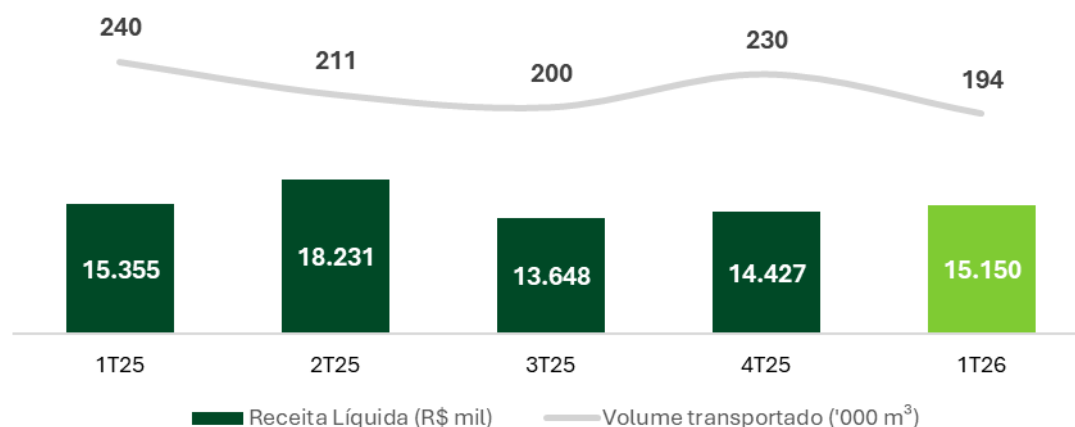
O volume transportado no 1T26 totalizou 194 mil m³, queda de 19,2% ano contra ano e 15,4% inferior ao 4T25. O menor volume foi consequência da redução da demanda por transporte por parte de um cliente cativo, que reestruturou sua estratégia operacional, passando a carregar parcela de sua carga diretamente no navio. A queda na comparação anual reflete ainda o redimensionamento da frota, com a devolução das balsas afretadas de terceiros no 2T25, o que resultou na menor presença no mercado spot.

Receita Líquida¹

A receita líquida no 1T26 alcançou R\$15,2 milhões, correspondendo a uma leve queda de 1,3% na comparação anual. Entretanto, vale ressaltar que a performance no 1T25 incluía a receita de serviços de bunkering, atividade essa que foi encerrada no primeiro semestre de 2025. Sendo assim, excluindo a atividade de bunkering, a receita advinda dos serviços de transporte teria representado um crescimento de 12,6% ano contra ano. A maior tarifa média e a receita advinda dos contratos com cláusulas de “take or pay” contribuíram positivamente para o aumento da receita do segmento de transporte, mesmo com um volume transportado inferior.

Na comparação trimestral, a receita total apresentou crescimento de 5%, refletindo o aumento da tarifa média e a prestação de serviço spot.

VOLUME TRANSPORTADO E RECEITA LÍQUIDA



¹ Receita gerencial líquida considerando efeito de corte contábil e eliminando valores recebidos *intercompany*.

ADICIONAL DE FRETE PARA RENOVAÇÃO DA MARINHA MERCANTE (“AFRMM”)

Parte importante do resultado da CNA é o Adicional de Frete para Renovação da Marinha Mercante (“AFRMM”), regulado principalmente pela Lei nº 10.893 de 2004, alterada pela Lei nº 14.301 de 2022. O AFRMM é um tributo federal incidente sobre o frete marítimo que tem como objetivo o apoio ao desenvolvimento da marinha mercante e da indústria de construção e reparação naval brasileiras, e constitui fonte básica do Fundo da Marinha Mercante (“FMM”).

As alíquotas do AFRMM variam de acordo com o tipo de produto, transporte e região de origem ou destino. Na atividade de transporte fluvial de granéis líquidos na região Norte, a alíquota incidente de AFRMM é de 40% sobre o preço do frete. O adicional de frete gerado pelos serviços prestados pela CNA é posteriormente creditado em uma conta vinculada da empresa junto ao Banco do Brasil.

A Lei nº 14.301, de 7 de janeiro de 2022 (BR do Mar), estabeleceu um novo marco regulatório para a cabotagem no Brasil com diferentes inovações e alternativas de atuação dentro do setor de navegação. Algumas das mais relevantes alterações da BR do Mar estão relacionadas aos procedimentos e regras para utilização dos recursos arrecadados pelo AFRMM.

Por um lado, tornaram-se mais restritas as possibilidades de utilização de recursos financeiros do AFRMM em aquisições ou construções de embarcações, sendo que os créditos poderão ser utilizados para aquisições ou construções de embarcações do mesmo tipo de navegação que originou os recursos financeiros de AFRMM depositados na conta vinculada da Empresa Brasileira de Navegação (“EBN”).

Entretanto, a Lei da Cabotagem passa a permitir novas possibilidades de utilização dos recursos do AFRMM, como (i) serviços de manutenção e revisão por empresas especializadas, possibilidade que antes era restrita a estaleiros; (ii) reembolsos anuais dos valores relativos a seguros e resseguros contratados para cobertura de cascos e máquinas de embarcações próprias ou afretadas; e (iii) pagamento de afretamentos, dentre outros.



ADICIONAL DE FRETE PARA RENOVAÇÃO DA MARINHA MERCANTE (“AFRMM”)

Assim sendo, das possibilidades disponíveis para que a CNA se utilize dos recursos arrecadados pelo AFRMM, elencamos as seguintes:

- i) para construção ou aquisição de embarcações novas, produzidas em estaleiros brasileiros;
- ii) para jumborização, conversão, modernização, docagem, manutenção, revisão e reparação de embarcação própria ou afretada, inclusive para aquisição e/ou instalação de equipamentos, nacionais ou importados, quando realizada por estaleiro ou empresa especializada brasileira, sendo responsabilidade da empresa proprietária ou afretadora adquirir e contratar os serviços;
- iii) para pagamento do valor total do afretamento de embarcações utilizadas, desde que tal embarcação seja de propriedade de uma empresa brasileira de investimento na navegação e tenha sido construída no País;
- iv) para manutenção, em todas as suas categorias, realizada por estaleiro brasileiro, por empresa especializada ou pela empresa proprietária ou afretadora, em embarcação própria ou afretada;
- v) para garantia à construção de embarcação em estaleiro brasileiro; e
- vi) para reembolso anual dos valores pagos a título de prêmio e encargos de seguro e resseguro contratados para cobertura de cascos e máquinas de embarcações próprias ou afretadas.

Ressaltamos que o procedimento para utilização dos recursos para os itens (i), (ii), (iv) e (vi) estão operacionais por parte do BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, agente financeiro responsável por autorizar a movimentação de contas vinculadas. Vale ressaltar que o item (vi) foi recentemente regulamentado, representando assim um novo canal de possibilidade de utilização dos recursos arrecadados pelo AFRMM. A Companhia aguarda a regulamentação dos demais itens para então avaliar o impacto total trazido pela Lei nº 14.301 tanto no que se constitui como restrição — especialmente a impossibilidade de utilização dos créditos por coligadas em navegação diversa da geradora do recurso — quanto nas suas adições.

ADICIONAL DE FRETE PARA RENOVAÇÃO DA MARINHA MERCANTE (“AFRMM”)

A contabilização do AFRMM segue as regras do CPC 07 (R1) - Subvenção e Assistência Governamentais (IAS 20). Quando o serviço de frete é finalizado, o valor a receber de AFRMM é reconhecido simultaneamente no ativo não circulante e no passivo não circulante, como receita diferida, não impactando, no momento inicial, o resultado da CNA. Atualmente, em um prazo médio aproximado de 90 a 120 dias, este crédito do AFRMM é depositado na conta vinculada da CNA junto ao Banco do Brasil. Nesse momento o AFRMM passa a estar disponível para uso conforme o permitido.

Quando o AFRMM é utilizado, o passivo não circulante que foi contrapartida de seu lançamento e a receita passam a ser afetados como segue:

Se a Companhia utiliza R\$100 para a compra de uma embarcação que será depreciada em 20 anos, seu balanço passará a indicar no imobilizado o valor inicial de R\$100 e o passivo continuará apresentando valor também de R\$100 como receita diferida de AFRMM.

Depois do primeiro ano de uso da embarcação, o ativo imobilizado indicará R\$95 (R\$100 – R\$5 de depreciação). O passivo será também reduzido no mesmo montante da depreciação, passando a marcar R\$95. Em contrapartida à esta redução do passivo não circulante, será lançado no resultado o valor de R\$5 como Receitas de Subvenção - AFRMM.

Ou seja, embora o efeito caixa da utilização do AFRMM ocorra em aproximadamente 30 meses e sua utilização não gere um passivo financeiro para a Companhia, o lançamento dos valores deste benefício econômico aos acionistas se dá, contabilmente, ao longo da vida útil do ativo.





NAVEGAÇÃO

OFFSHORE E INTERIOR



PERFORMANCE FINANCEIRA 1T 2026

Resultado 1T 2026 (3 meses)	Columbus Shipping	SCP Consolidada ¹	Navegação
Receita Líquida	41	45.414	45.455
(-) Custo dos Serviços e Produtos sem Depreciação	-	(41.018)	(41.018)
(-) G&A sem Depreciação	(2.068)	(5.144)	(7.212)
(+/-) Outras Receitas e Despesas Operacionais	-	13.420	13.420
EBITDA²	(2.027)	12.672	10.645
(+) Novo AFRMM Gerado	-	6.457	6.457
(-) Receita de AFRMM (CPC07/IAS20)	-	(4.924)	(4.924)
(+/-) Não Recorrente	-	(2.877)	(2.877)
EBITDA Ajustado²	(2.027)	11.328	9.301
Depreciação/Amortização	(26)	(12.592)	(12.618)
(-) Novo AFRMM Gerado	-	(6.457)	(6.457)
Receitas Financeiras	313	1.477	1.790
Despesas Financeiras	(1.537)	(9.842)	(11.379)
Variações cambiais	-	402	402
(+) Receita de AFRMM (CPC07/IAS20)	-	4.924	4.924
(+/-) Não Recorrente	-	2.877	2.877
Imposto de Renda & Contribuição Social	-	(953)	(953)
Resultado Líquido	(3.277)	(8.836)	(12.113)

1 - SCP Consolidada demonstra o resultado dos ativos e passivos reunidos sob a SCP contribuídos pelas sócias ostensiva e participante.

2- Métrica de EBITDA não revisada pelos auditores independentes.

PERFORMANCE FINANCEIRA

NAVEGAÇÃO

NAVEGAÇÃO	1T26	1T25	Δ a/a	4T25	Δ t/t
Receita Líquida	45.455	58.638	-22,5%	63.946	-28,9%
(-) Custo dos Serviços e Produtos sem Depreciação	(41.018)	(37.845)	+8,4%	(40.602)	+1,0%
(-) G&A sem Depreciação	(7.212)	(7.187)	+0,3%	(10.507)	-31,4%
(+/-) Outras Receitas e Despesas Operacionais ³	13.420	6.064	+121,3%	3.911	+243,1%
EBITDA²	10.645	19.670	-45,9%	16.748	-36,4%
(+) Novo AFRMM Gerado	6.457	6.951	-7,1%	6.530	-1,1%
(-) Receita de AFRMM (CPC07/IAS20)	(4.924)	(5.141)	-4,2%	(5.100)	-3,5%
(+/-) Não Recorrente	(2.877)	(923)	211,7%	1.189	-342,0%
EBITDA Ajustado²	9.301	20.557	-54,8%	19.367	-52,0%
Depreciação/Amortização	(12.618)	(11.955)	+5,5%	(12.352)	+2,2%
(-) Novo AFRMM Gerado	(6.457)	(6.951)	-7,1%	(6.530)	-1,1%
Receitas Financeiras	1.790	3.409	-47,5%	1.939	-7,7%
Despesas Financeiras	(11.379)	(10.936)	+4,1%	(34.080)	-66,6%
Variações cambiais	402	1.290	-68,8%	(177)	-
(+) Receita de AFRMM (CPC07/IAS20)	4.924	5.141	-4,2%	5.100	-3,5%
(+/-) Não Recorrente	2.877	923	+211,7%	(1.189)	-
Imposto de Renda & Contribuição Social	(953)	(416)	+129,1%	(2.655)	-64,1%
Resultado Líquido	(12.113)	1.062	-1.240,6%	(30.577)	-60,4%

1 - SCP Consolidada demonstra o resultado dos ativos e passivos reunidos sob a SCP contribuídos pelas sócias.

2 - Métrica de EBITDA não revisada pelos auditores independentes.

3 - Parte significativa da conta "Outras receitas e despesas operacionais" no 1T26 corresponde a receita do reembolso por lucros cessantes da embarcação Geonísio Barroso, no valor de R\$ 5,5 milhões, na Columbus Offshore; bem como, ganho com a alienação de ativos no valor de R\$ 1,9 milhão e a receita com a recuperação de créditos tributários em torno R\$ 0,5 milhão, ambos pela controlada CNA.

MERCADOS DE CAPITAIS E GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Columbus Shipping é uma Companhia aberta de Categoria B, registrada na Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A formação atual da Administração, sendo representada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria.

O Conselho de Administração da Companhia, reeleito na última Assembleia Geral Ordinária, é composto por três membros, todos com mandato até a próxima Assembleia Geral Ordinária, sendo permitida a reeleição. São atuais membros do Conselho: Luiz Claudio de Souza Alves, Gustavo Barbeito de Vasconcellos Lantimant Lacerda e Luiz Maurício da Silveira Portela.

A Diretoria foi eleita na reunião do Conselho de Administração realizada em 06 de maio de 2026, sendo composta por Antonio Frias Oliva Neto (Diretor Presidente, Financeiro e de Relações com Investidores) e Camila Pinto Barbosa de Oliveira (Diretora Jurídica).

Cláusula Compromissória

A Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho de Administração obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada, ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos das disposições contidas no Estatuto Social, nos acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia, na Lei das Sociedades por Ações, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil ou pela Comissão de Valores Mobiliários, nos regulamentos da B3 S.A., nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, nas Cláusulas Compromissórias e no Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado, conduzida em conformidade com esse último Regulamento.

MERCADOS DE CAPITAIS E GOVERNANÇA CORPORATIVA

Audidores Independentes

Em atendimento à resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, a Companhia informa que o Conselho de Administração, em reunião realizada em 02 de julho de 2025, aprovou a contratação da Grant Thornton Auditores Independentes Ltda. ("Grant Thornton") para prestar os serviços de auditoria externa relacionados ao exame das demonstrações contábeis da Companhia. Ressalta, ainda, que os auditores independentes supracitados não prestaram, desde a sua contratação, serviços não relacionados à auditoria externa.

Atos e fatos administrativos

A Companhia não realizou nenhum negócio que não estivesse dentro de seu propósito específico, não havendo também, quaisquer atos ou fatos administrativos, que possa ser levado em consideração.

Rio de Janeiro, 15 de maio de 2026.

A Administração

Relações com Investidores

Antonio Frias Oliva Neto
CEO/IR Officer

Contato

ri@columbus-shipping.com.br
Telefone: +55 21 3248 4800
www.ri.columbus-shipping.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Praia do Flamengo, 154 - 4ª andar,
Flamengo - Rio de Janeiro (RJ) Brasil
T +55 21 3512-4100
www.grantthornton.com.br

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
NSN - Nova Sociedade de Navegação S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da NSN - Nova Sociedade de Navegação S.A. (Companhia), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2026, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findos nessa data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com a NBC TG 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). A revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, incluídas nas informações trimestrais acima referidas, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos atenção para a Nota Explicativa nº 2.1 às informações contábeis intermediárias, a qual descreve que estas foram preparadas no pressuposto de continuidade operacional e que, em 31 de março de 2026, o passivo circulante da Companhia excedia o ativo circulante no montante de R\$ 20.356 mil, bem como apresentava patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) no montante de R\$ 22.619 mil, prejuízos acumulados no montante de R\$ 34.626 mil e fluxo de caixa utilizado nas atividades operacionais no montante de R\$ 11.433 mil. Esses eventos e condições, em conjunto com outros fatores descritos na referida nota explicativa, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Os planos e ações que estão sendo desenvolvidos pela administração para o reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, dos fluxos de caixa, da lucratividade e da posição patrimonial da Companhia estão descritos na Nota Explicativa nº 2.1. As informações contábeis intermediárias não incluem nenhum ajuste que possa surgir do resultado dessa incerteza. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

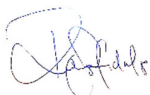
As informações trimestrais acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2026, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Revisão dos valores correspondentes ao período comparativo

A revisão das informações contábeis intermediárias da Companhia referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2025, cujos valores correspondentes estão apresentados para fins de comparação, foi conduzida sob a responsabilidade de outro auditor independente, cujo relatório de revisão, emitido em 15 de maio de 2025, não continha modificação.

Rio de Janeiro, 15 de maio de 2026

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-025.583/F-2



Rodrigo Souza Fidalgo
Contador CRC 1RJ-115.816/O-5

NSN - Nova Sociedade de Navegação S.A.

Balço patrimonial em 31 de março de 2026 e em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

	Nota	31/03/2026	31/12/2025
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4.1	49	7.585
Impostos a recuperar		522	346
Adiantamentos a fornecedores		62	78
Outros créditos		-	4
Total do ativo circulante		633	8.013
Não circulante			
Aplicação vinculada	4.2	3.771	5.477
Investimento	5	5	5
Partes relacionadas	6	23.574	23.381
Imobilizado	7	913	939
Total do ativo não circulante		28.263	29.802
Total do ativo		28.896	37.815
Passivo			
Circulante			
Fornecedores		377	588
Empréstimos e financiamentos	8	18.856	14.945
Obrigações sociais e trabalhistas		515	540
Impostos a recolher	9	1.241	1.322
Total do passivo circulante		20.989	17.395
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos	8	10.569	12.439
Partes relacionadas	6	15.426	22.864
Obrigações na aquisição de investimento		5	5
Impostos a recolher	9	3.235	3.163
Provisões operacionais		1.291	1.291
Total do passivo não circulante		30.526	39.762
Total do passivo		51.515	57.157
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)			
Capital social	10	12.007	12.007
Prejuízos acumulados		(34.626)	(31.349)
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)		(22.619)	(19.342)
Total do passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)		28.896	37.815

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

NSN – Nova Sociedade de Navegação S.A.

Demonstrações do resultado

Período de três meses findos em 31 de março de 2026 e 2025

(Em milhares de reais, exceto prejuízo por ação)

	Nota	<u>31/03/2026</u>	<u>31/03/2025</u>
Receita líquida de prestação de serviços	11	41	-
Custos dos serviços prestados	11	(26)	-
Lucro bruto		<u>15</u>	<u>-</u>
Despesas operacionais			
Despesas com pessoal	12	(1.797)	(1.768)
Despesas com serviços de terceiros	13	(133)	(248)
Despesas gerais e administrativas		(118)	(110)
Depreciação e amortização	7	-	(26)
Despesas tributárias		(20)	(165)
		<u>(2.068)</u>	<u>(2.317)</u>
Resultado operacional antes do resultado financeiro		<u>(2.053)</u>	<u>(2.317)</u>
Resultado financeiro			
Receitas financeiras		313	470
Despesas financeiras	14	(1.537)	(1.810)
		<u>(1.224)</u>	<u>(1.340)</u>
Prejuízo do período		<u>(3.277)</u>	<u>(3.657)</u>
Prejuízo por ação, básico e diluído – R\$	10	(0,27)	(0,41)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

NSN – Nova Sociedade de Navegação S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Período de três meses findos em 31 de março de 2026 e de 2025

(Em milhares de reais)

	<u>31/03/2026</u>	<u>31/03/2025</u>
Prejuízo do período	(3.277)	(3.657)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do período	<u>(3.277)</u>	<u>(3.657)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

NSN – Nova Sociedade de Navegação S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Período de três meses findos em 31 de março de 2026 e de 2025

(Em milhares de reais)

	<u>Capital Social</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
Em 31 de dezembro de 2024	<u>12.007</u>	<u>(14.032)</u>	<u>(2.025)</u>
Prejuízo do período	-	(3.657)	(3.657)
Em 31 de março de 2025	<u>12.007</u>	<u>(17.689)</u>	<u>(5.682)</u>
Em 31 de dezembro de 2025	<u>12.007</u>	<u>(31.349)</u>	<u>(19.342)</u>
Prejuízo do período	-	(3.277)	(3.277)
Em 31 de março de 2026	<u>12.007</u>	<u>(34.626)</u>	<u>(22.619)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

NSN – Nova Sociedade de Navegação S.A.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Período de três meses findos em 31 de março de 2026 e de 2025

(Em milhares de reais)

	Nota	31/03/2026	31/03/2025
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do período		(3.277)	(3.657)
Depreciação	7	26	26
Juros de empréstimos e financiamentos	8	1.321	1.429
Provisões operacionais			
Resultado financeiro com partes relacionadas	6	(15)	(52)
Variações nos ativos e passivos			
Contas a receber de partes relacionadas		-	73
Impostos a recuperar		(176)	(53)
Adiantamento a fornecedores		16	7
Outros créditos		4	(2)
Partes relacionadas, líquidas	6	(7.616)	(14.868)
Fornecedores		(211)	(138)
Obrigações sociais e trabalhistas		(25)	124
Impostos a recolher		(9)	382
Caixa e equivalentes de caixa líquidos antes do pagamento de juros		(9.962)	(16.729)
Juros pagos de empréstimos e financiamentos	8	(1.471)	(1.429)
Caixa e equivalentes de caixa utilizados nas atividades operacionais		(11.433)	(18.158)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento de principal de empréstimos e financiamentos	8	(1.809)	(2.129)
Aplicação vinculada	4.2	1.706	(1.610)
Recursos provenientes de novos empréstimos	8	4.000	10.177
Caixa e equivalentes de caixa provenientes das atividades de financiamento		3.897	6.438
Redução de caixa e equivalentes de caixa		(7.536)	(11.720)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		7.585	12.356
Caixa e equivalentes de caixa no final do período		49	636

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

NSN – Nova Sociedade de Navegação S.A.

Demonstrações do Valor Adicionado

Período de três meses findos em 31 de março de 2026 e de 2025

(Em milhares de reais)

	Nota	31/03/2026	31/03/2025
Receitas			
Receita de contrato com cliente	11	45	-
Insumos adquiridos de terceiros			
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(191)	(304)
Valor adicionado bruto		(146)	(304)
Depreciação	7 e 11	(26)	(26)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade		(172)	(330)
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras		313	470
Valor adicionado total a distribuir		141	140
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal			
Remuneração direta		1.359	1.289
Benefícios	12	307	216
FGTS		37	45
		1.703	1.550
Impostos, taxas e contribuições			
Federais		119	383
Municipais		6	4
		125	387
Remuneração de capitais de terceiros			
Juros	14	1.537	1.810
Aluguéis		53	50
		1.590	1.860
Remuneração de capitais próprios			
Prejuízo do período atribuível		(3.277)	(3.657)
Distribuição do valor adicionado		141	140

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2026 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A NSN - Nova Sociedade de Navegação S.A. (“Companhia” ou “NSN”), com sede na Rua Lauro Müller, nº 116, Botafogo, Rio de Janeiro - RJ, CEP nº 22.290-160, cujo nome fantasia foi definido como Columbus Shipping (“Columbus”) foi constituída em 28 de junho de 2022, com sede na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, tendo como sócios a MLog S.A. (“MLog”) com 99,9% de seu capital e 0,1% detido pela Companhia de Desenvolvimento do Norte Capixaba S.A. (“CDNC”), está também controlada da MLog S.A.

A Administração da Companhia utiliza-se da estrutura administrativa do Grupo MLog para a realização de suas atividades e conta com o apoio jurídico e de sistemas do Grupo.

A Companhia foi constituída com o objetivo de desenvolver oportunidades de negócios na indústria brasileira de óleo e gás, combustíveis líquidos e logística, podendo atuar, inclusive, como plataforma das atividades de navegação do Grupo MLog. O registro na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), obtido em 16 de janeiro de 2023, na categoria “B”, resultado da solicitação feita em 19 de outubro de 2022, permitirá à Companhia evoluir na avaliação de alternativas de financiamento para suportar o desenvolvimento dessas oportunidades de negócios.

A Companhia também tem o papel de gestão de caixa do Grupo, centralizando recursos e aplicações financeiras.

Em 2 de janeiro de 2023, a Companhia constituiu uma Sociedade em Conta de Participação (SCP), nos termos do artigo nº 991, do Código Civil, em conjunto com a Controladora MLog, na qual a MLog é a sócia ostensiva com 99,9% de participação e a Companhia é a sócia participante com 0,1% de participação.

A SCP é regida por um Contrato Particular de Constituição de Sociedade em Conta de Participação (“Contrato de Constituição”), assinado entre as partes em 2 de janeiro de 2023, e foi constituída como um veículo transitório para reunir todos os ativos de navegação do Grupo MLog (apoio *offshore*, navegação interior e navios) e, conseqüentemente, o resultado produzido por estes, enquanto a MLog não obtém as anuências formais para que esses ativos sejam transferidos para a NSN. Após a obtenção de todas as anuências, a intenção do Grupo MLog é a de consolidar a NSN como sua plataforma de ativos de navegação. Estas anuências dependem de bancos e credores, e estão em fase de solicitação.

A Controladora MLog já solicitou algumas das anuências necessárias para iniciar a efetiva transferência de ativos e passivos, no entanto, os pedidos permanecem em análise por parte dos potenciais anuentes sem qualquer resposta definitiva até o momento.

A SCP é composta de ativos e passivos aportados pelo sócio ostensivo, a MLog, no montante líquido de R\$ 5.000, sendo estes:

- 37.999 ações de emissão da Columbus Offshore S.A. (anteriormente denominada “Asgaard Bourbon Navegação S.A. (ABN)”), que correspondem a 50% do capital social desta empresa;
- 2.868 ações de emissão da Companhia de Navegação da Amazônia (CNA), que correspondem a totalidade de seu capital social;
- Embarcações do tipo AHTS denominadas “Yvan Barreto”, “Geonísio Barroso” e “Haroldo Ramos”;
- Dívidas com FIDC e outras instituições financeiras, captadas pela MLOG para financiar as recentes docagens das embarcações offshore e suportar a necessidade de capital de giro do Grupo;
- Dívida originada com a aquisição da Companhia de Navegação da Amazônia (CNA); e
- Dívidas com partes relacionadas.

A contribuição da NSN na SCP foi de R\$ 5, na forma de obrigação de aquisição de investimento, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 5.

A SCP não tem personalidade jurídica e as suas operações serão exercidas exclusivamente pela sócia ostensiva, inclusive a sua representação ativa e passiva, com plenos poderes de representação perante terceiros.

A distribuição dos resultados desta SCP, de acordo com o instrumento particular que a rege, se dá na proporção de 99% para a sócia participante (NSN) e 1% para a sócia ostensiva (MLog). Esta proporção inversa de distribuição do resultado em relação ao capital aportado ocorre por dois motivos:

- 1) A atribuição de 99% do resultado da SCP traduz a dinâmica de agregar o resultado da vertical de navegação (apoio *offshore* e interior) na NSN, tendo em vista o seu propósito de atuar como plataforma das atividades de navegação do Grupo MLog, tendo a sua administração voltada para esse fim, sem a influência de qualquer outro segmento de negócios; e
- 2) A MLog é Controladora única da SCP, mesmo que de forma indireta, dado que detém 99,9% de forma direta e também controla a NSN, detentora da participação restante de 0,1%. Desta forma, a não proporcionalidade da distribuição dos resultados é irrelevante para fins das informações contábeis intermediárias consolidadas da MLog.

As atividades da SCP apresentaram geração de caixa compatível com seus níveis de operação. Na Nota Explicativa nº 5 a Companhia divulga as principais informações patrimoniais e de desempenho das atividades de navegação, atualmente reunidas na SCP.

A partir do segundo trimestre do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia passou a desenvolver diretamente atividade operacional, realizando afretamento de sua embarcação de pequeno porte para uma empresa do grupo (“Columbus OffShore”).

Em 1º de julho de 2024, a Companhia obteve, junto aos órgãos competentes, a outorga como Empresa Brasileira de Navegação - EBN. Esta outorga permite à Companhia prestar serviços de apoio marítimo e não gera nenhum direito ou obrigação imediatos. Para suportar a outorga, e como passo requerido desta, ocorreu a aquisição de uma embarcação de pequeno porte operando para o apoio marítimo, inicialmente servindo à operação interna da Companhia, com isso a Companhia dá os primeiros passos para o início de suas operações.

Adicionalmente, enfatizamos que no período findo em 31 de março de 2026, não foram identificados indicativos de *impairment* em nenhum ativo da NSN.

2 Base de preparação e apresentação das informações contábeis intermediárias

As informações contábeis intermediárias da Companhia foram elaboradas conforme Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As informações contábeis intermediárias foram preparadas para atualizar os usuários sobre os eventos e transações relevantes ocorridas no período e devem ser lidas em conjunto com as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, publicadas em 31 de março de 2026.

A Administração da Companhia, por meio de seu Conselho de Administração, autorizou a divulgação destas informações contábeis intermediárias em 15 de maio de 2026.

(a) Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado (DVA). As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo ao conjunto das informações contábeis intermediárias.

2.1 Continuidade operacional

As informações contábeis intermediárias foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Companhia conseguirá cumprir suas obrigações de pagamentos.

As informações contábeis intermediárias da Companhia, em 31 de março de 2026, refletem passivos circulantes superiores aos ativos circulantes em R\$ 20.356. Adicionalmente, as informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2026 refletem prejuízos acumulados de R\$ 34.626 (R\$ 31.349 em 31 de dezembro de 2025) e patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) de R\$ 22.619 (passivo a descoberto de R\$ 19.342 em 31 de dezembro de 2025).

Os prejuízos acumulados são reflexo do anterior estágio pré-operacional da Companhia, que vem cumprindo seu plano de negócios e passou a ter geração de receitas a partir do segundo trimestre do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, sendo as empresas ligadas Columbus Offshore S.A. (anteriormente denominada “Asgaard Bourbon Navegação S.A. (ABN)”) e Companhia de Navegação da Amazônia (CNA) responsáveis por verter recursos para a manutenção da Companhia, até que o seu plano de negócios seja concretizado, ocasionando na geração de caixa suficiente para honrar seus custos e despesas.

O primeiro passo para a operação efetiva da NSN foi dado com a obtenção da outorga como Empresa Brasileira de Navegação (EBN), que permite a operação de embarcações no cenário do apoio marítimo *offshore*. Os próximos passos são a obtenção de novas embarcações (sendo operadas pela própria NSN ou ainda pela Columbus Offshore, gerando receita mediante repasse de afretamento), que podem incorporar a frota mediante compra com financiamento atrelado à geração de receita ou, ainda, com afretamento a casco nu (*bareboat*) de partes terceiras.

3 Políticas contábeis materiais

3.1. Normas contábeis emitidas ou alteradas recentemente

As novas normas e interpretações de normas que são efetivas para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2026 não tiveram impacto nas informações contábeis da Companhia. A Companhia não adotou antecipadamente nenhuma norma, e não espera que outras normas já emitidas e que ainda não estão em vigor gerem impacto material nas informações contábeis de períodos subsequentes.

Normas e emendas a normas	Aplicações obrigatórias com início em ou após:	
IFRS 18	Novos requerimentos para apresentação da demonstração do resultado	1º de janeiro de 2027
IFRS 7 e IFRS 9	Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros – Emendas aos IFRS 7 e 9.	1º de janeiro de 2026
IFRS 19	Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	1º de janeiro de 2027

3.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

As informações contábeis intermediárias estão apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

4 Caixa e equivalentes de caixa (circulante) e aplicação vinculada (não circulante)

4.1 Caixa e equivalentes de caixa (circulante)

	<u>31/03/2026</u>	<u>31/12/2025</u>
Caixa	1	1
Aplicações financeiras	48	7.584
Circulante (*)	49	7.585

(*) Considerado como caixa e equivalentes de caixa para fins da Demonstração dos Fluxos de Caixa.

A Companhia define como “Caixa e equivalentes de caixa” os valores mantidos com a finalidade de atender a compromissos operacionais de curto prazo e não para investimento ou outros fins. Os saldos em 31 de março de 2026 e em 31 de dezembro de 2025 referem-se aos recursos disponíveis mantidos em caixa e equivalentes de caixa, aplicados em CDBs de instituições de primeira linha, com liquidez diária e rendimentos de, ao menos, 100% do CDI. No período findo em 31 de março de 2026, a aplicação rendeu 5,2%.

4.2 Aplicação vinculada (não circulante)

	<u>31/03/2026</u>	<u>31/12/2025</u>
Aplicação vinculada (**)	3.771	5.477
Não circulante	3.771	5.477

(**) Vinculada às garantias de empréstimos e financiamentos (Nota Explicativa nº 8).

5 Investimento

O valor de R\$ 5 na rubrica de investimento corresponde à contribuição de capital da NSN na SCP, por meio de obrigação de aquisição de investimento, estando registrado e mensurado ao custo histórico.

Conforme detalhado na Nota Explicativa nº 1, a SCP foi constituída como um veículo transitório para reunir todos os ativos de navegação do Grupo MLog (apoio *offshore*, navegação interior e navios) e, conseqüentemente, o resultado produzido por estes, enquanto a MLog não obtém as anuências formais que permitam a transferência desses ativos para a NSN.

Apresentamos adiante as informações contábeis intermediárias da SCP, compreendendo o balanço patrimonial em 31 de março de 2026 e a correspondente demonstração de resultado do período findo nessa data, visando demonstrar o segmento de navegação do Grupo MLog. Ressaltamos que a SCP é consolidada na Controladora MLog S.A. até a obtenção das anuências formais necessárias para a NSN desenvolver efetivamente o seu objeto social.

Essas informações contábeis consolidadas, a seguir apresentadas para efeito de divulgação do segmento de navegação do Grupo MLog, incluem a própria SCP e as suas controladas Companhia de Navegação da Amazônia (CNA) e Columbus Offshore S.A. (anteriormente denominada “Asgaard Bourbon Navegação S.A. (ABN)”), elaboradas utilizando-se a mesma data-base e práticas contábeis consistentes. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre a SCP e suas controladas são eliminados integralmente nas informações contábeis intermediárias da SCP.

SCP

Balço patrimonial em 31 de março de 2026
 e em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de R\$

	SCP		SCP	
	Individual		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	5	5	4.264	13.197
Depósitos de AFRMM em conta vinculada	-	-	13.830	16.021
Contas a receber de clientes	11.682	2.469	24.326	23.399
Adiantamentos a fornecedores	-	-	20.406	12.527
Contas a receber de partes relacionadas	-	-	1.037	-
AFRMM para liberação	-	-	37.973	20.397
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	-	-	1.771	14.695
Outros impostos a recuperar	-	-	165	2.212
Seguros a receber	-	-	8.496	-
Estoques	-	-	324	690
Despesas antecipadas	-	-	4.865	4.165
Outros créditos	-	-	1.771	2.926
Total do ativo circulante	11.687	2.474	119.228	110.229
Não Circulante				
Depósitos Judiciais	-	-	257	230
Outros impostos a recuperar	-	-	6.565	5.986
Retenções contratuais de clientes	-	-	6.176	5.543
Partes relacionadas	184.291	160.932	230.111	287.490
Direitos na transação negocial	-	-	582	674
Outras contas a receber	-	-	732	1.267
Investimentos	197.448	202.301	-	-
Imobilizado	90.005	97.806	245.647	252.090
Intangível	-	-	65.769	65.769
Total do ativo não circulante	471.744	461.039	555.839	619.049
Total do ativo	483.431	463.513	675.067	729.278

SCP

Balço patrimonial em 31 de março de 2026
 e em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de R\$

	SCP		SCP	
	Individual		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Passivo e patrimônio líquido				
Circulante				
Fornecedores	-	-	40.335	36.714
Empréstimos e financiamentos	53.981	47.067	88.295	76.170
Salário e encargos sociais	-	-	12.536	12.454
Imposto de renda e contribuição social a recolher	-	-	1.631	6.680
Outros impostos a recolher	16.779	15.132	49.734	44.463
Provisões para contingências trabalhista e operacionais	-	-	13.561	12.473
Obrigações na aquisição de investimentos	13.561	12.473	19.414	19.032
Outras contas a pagar	3.473	496	13.389	8.822
Total do passivo circulante	87.794	75.168	238.895	216.808

SCP

Balço patrimonial em 31 de março de 2026
 e em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de R\$

	SCP		SCP	
	Individual		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Não circulante				
Fornecedores	-	-	101	909
Empréstimos bancários e financiamentos	98.708	98.708	118.652	119.042
Partes relacionadas	225.811	228.236	45.776	117.400
Outros impostos a recolher	-	-	36.339	31.768
Adiantamentos diversos	-	-	687	687
Subvenções governamentais a apropriar - AFRMM	-	-	209.886	207.997
Obrigações na aquisição de investimentos	32.481	33.371	32.481	33.371
Provisões para passivo a descoberto	26.104	14.283	-	-
Provisões para contingências trabalhista e operacionais	-	-	2.336	2.333
Outros passivos não circulantes	-	-	5.875	5.875
Total do passivo não circulante	383.104	374.598	452.133	519.382
Patrimônio Líquido				
Capital social	5.005	5.005	5.005	5.005
Transações com não controladores	-	-	(28.494)	-
Prejuízos acumulados	7.528	8.742	7.528	8.742
Atribuível à participação dos acionistas controladores	12.533	13.747	(15.961)	13.747
Participação de não controladores	-	-	-	(20.659)
Total do patrimônio líquido	12.533	13.747	(15.961)	(6.912)
Total do passivo e patrimônio líquido	483.431	463.513	675.067	729.278

Demonstrações do resultado - SCP

Em milhares de R\$

	Individual		Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
	Receita líquida de prestação de serviços	16.172	13.803	45.414
Custos dos serviços prestados	(8.799)	(7.128)	(53.609)	(49.774)
Resultado bruto	7.373	6.675	(8.195)	8.864
Despesas operacionais				
Despesas com pessoal	-	-	(3.179)	(3.215)
Despesas com serviços prestados	-	-	(310)	(200)
Despesas gerais e administrativas	(53)	(49)	(949)	(1.306)
Despesas depreciação e amortização	-	-	(1)	(2)
Despesas tributárias	(4)	(4)	(705)	(171)
Outras receitas operacionais				
Equivalência patrimonial de sociedades controladas	(4.257)	2.245	-	-
Subvenção de AFRMM	-	-	4.924	5.141
Outras receitas operacionais, líquidas	110	101	8.496	923
	(4.204)	2.293	8.276	1.170
Resultado operacional antes do resultado financeiro	3.169	8.968	81	10.034
Resultado financeiro				
Receitas financeiras	-	2.541	1.477	5.480
Despesas financeiras	(4.383)	(4.897)	(9.441)	(10.379)
	(4.383)	(2.356)	(7.964)	(4.899)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(1.214)	6.612	(7.883)	5.135

Demonstrações do resultado - SCP

Em milhares de R\$

	Individual		Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
Imposto de renda e contribuição social				
Correntes	-	-	(953)	(416)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(1.214)	6.612	(8.836)	4.719
Lucro (prejuízo) atribuível a:				
Acionistas controladores			(1.214)	6.612
Acionistas não controladores			(7.622)	(1.893)
			(8.836)	4.719

6 Partes relacionadas

	31/03/2026	31/12/2025
Ativo		
Não circulante		
MLog S.A.	23.574	23.381
Total do ativo não circulante	23.574	23.381
Passivo		
Não Circulante		
Companhia de Navegação da Amazônia (CNA)	8.756	8.496
Columbus Offshore S.A.	5.881	3.565
Morro do Pilar Minerais S.A. (MOPI)	789	10.803
Total do passivo não circulante	15.426	22.864
Receitas (despesas) financeiras		
	31/03/2026	31/03/2025
MLog S.A.	70	69
Columbus Offshore S.A.	(15)	23
Morro do Pilar Minerais S.A. (MOPI)	(16)	(42)
Companhia de Navegação da Amazônia (CNA)	(24)	2
	15	52

A Companhia incorre em despesas de estrutura administrativa que são compartilhadas com as outras empresas do Grupo, gerando um recebível pelo reembolso proveniente deste compartilhamento. Este recebível em sequência é convertido em nota promissória, que poderá ser compensada com outras despesas de natureza inversa, as quais empresas do Grupo arcam e a Companhia reembolsa.

A partir de junho de 2025, a Companhia passou a prestar serviços de apoio marítimo à Columbus Offshore, empresa integrante do Grupo, mediante faturamento mensal. No período findo em 31 de março de 2026, foi reconhecida receita operacional no montante de R\$ 45, decorrente da prestação desses serviços. Não havia saldo a receber em 31 de março de 2026, uma vez que os valores foram integralmente liquidados por meio de Nota Promissória entre as partes.

Esta dinâmica ocorre pelo fato de o Grupo centralizar a gestão de caixa de suas empresas de forma a otimizar recursos, desta forma há a concentração de caixa na NSN para que dela seja gerenciada a distribuição de recursos para suprir às necessidades das Companhias do Grupo, tendo a NSN agida como centralizadora de caixa de forma operacional.

Todas as notas promissórias entre as empresas do Grupo são remuneradas a juros de 10% ao ano, sem vencimento estabelecido.

6.1 Remuneração do pessoal-chave da Administração

A Companhia considera todos os atuais diretores como pessoal-chave da Administração. Em 31 de março de 2026, a remuneração desses diretores e membros do Conselho de Administração foi de R\$ 1.328 (R\$ 740 em 31 de março de 2025).

Em 2026 houve transferências de diretores de outras empresas do Grupo para a Companhia.

A remuneração global da Administração, para o período de 1º de maio de 2026 a 30 de abril de 2027, em até R\$ 5.960, foi aprovada na Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2026, conforme previsão orçamentária da Companhia.

7 Imobilizado

Custo		31/12/2025	Adições	31/03/2026
Embarcações		1.113	-	1.113
		1.113	-	1.113
Depreciação acumulada	Taxa			
Embarcações	5% a 7%	(174)	(26)	(200)
		(174)	(26)	(200)
Imobilizado líquido		939	(26)	913

Como parte dos esforços para obter a outorga da Companhia como Empresa Brasileira de Navegação (EBN), a NSN adquiriu uma embarcação de pequeno porte voltada para o apoio marítimo. Esta embarcação é destinada à prestação de serviços ao Grupo, porém não há qualquer vedação à sua utilização em prestação de serviços a terceiros.

8 Empréstimos e financiamentos

Instituição financeira	Tipo	Taxa de juros nominal (a.a.)	Saldo em 31/12/2025	Captações	Juros incorridos	Juros pagos	Pagamentos de principal	Saldo 31/03/2026	Circulante	Não circulante
C6	Capital de giro	Pós-Fixada (CDI)	27.384	4.000	1.321	(1.471)	(1.809)	29.425	18.856	10.569
Total			27.384	4.000	1.321	(1.471)	(1.809)	29.425	18.856	10.569

Instituição financeira	Tipo	Taxa de juros nominal (a.a.)	Saldo em 31/12/2024	Captações	Juros incorridos	Juros pagos	Pagamentos de principal	Saldo 31/12/2025	Circulante	Não circulante
C6	Capital de giro	Pós-Fixada (CDI)	28.847	10.176	6.070	(6.070)	(11.639)	27.384	14.945	12.439
Total			28.847	10.176	6.070	(6.070)	(11.639)	27.384	14.945	12.439

Em 28 de outubro de 2024, a Companhia contraiu empréstimos no valor R\$ 30.124, sendo R\$ 25.500 em Notas Comerciais e R\$ 4.624 de empréstimo junto à instituição bancária com prazo de duração de 30 (trinta) meses, e, em 28 de fevereiro de 2025, a Companhia contraiu um empréstimo novo de longo prazo no valor de R\$ 10.178, sendo R\$ 5.001 em Notas Comerciais e R\$ 5.177 de empréstimo junto à instituição bancária com prazo de duração de 30 (trinta) meses. Em 06 de março de 2026, a Companhia realizou uma captação de giro de R\$ 4.000 com a instituição financeira C6 Bank. A taxa de juros foi pós-fixada. A garantia utilizada foi o contrato da Petrobrás da Columbus Offshore S.A. (anteriormente denominada “ASGAARD Bourbon Navegação S.A.”) da embarcação Haroldo Ramos. As parcelas vencem todo dia 23 e a liquidação total da operação ocorrerá em 23 de agosto de 2027.

Os valores em 31 de março de 2026 estão classificados no passivo circulante, no montante de R\$ 18.856 (R\$ 14.945 em 31 de dezembro de 2025) e no passivo não circulante, no montante de R\$ 10.569 (R\$ 12.439 em 31 de dezembro de 2025). Estas captações tem como garantia recebíveis da empresa ligada Columbus Offshore em contratos de longo prazo, com cobertura significativamente superior ao seu montante e sem *covenants* financeiros, tendo apenas a obrigação de manutenção de valor referente a 20% (vinte por cento) do montante devido em conta garantia (aplicação vinculada de R\$3.771 em 31 de março de 2026 e de R\$ 5.477 em 31 de dezembro de 2025, conforme Nota Explicativa nº 4.2), obrigação esta que vem sendo cumprida pela Companhia. A obrigação de manutenção de valor na ordem de 23,53% do saldo devedor de empréstimos e financiamentos em aplicação vinculada em 31 de março de 2026 e em 31 de dezembro de 2025 se refere somente a captação efetuada em 28 de outubro de 2024.

Esta captação de recursos tem como propósito custear docagens e adequações de embarcações operadas pela Columbus Offshore.

O cronograma de amortização dos empréstimos e financiamentos é como segue:

	31/03/2026	31/12/2025
2026	18.856	14.945
2027	10.569	12.439
	29.425	27.384

9 Impostos a recolher

	<u>31/03/2026</u>	<u>31/12/2025</u>
Imposto de renda retido	47	155
Imposto de renda retido parcelados	1.068	878
Outros impostos retidos	126	289
Passivo circulante	<u>1.241</u>	<u>1.322</u>
INSS retido parcelado	3.235	3.163
Passivo não circulante	<u>3.235</u>	<u>3.163</u>
Total	<u><u>4.476</u></u>	<u><u>4.485</u></u>

Os parcelamentos de imposto de renda e de INSS retidos serão pagos em até 60 (sessenta) parcelas, conforme autorizações fiscais vigentes, e estão segregadas com base no seu vencimento contratual em curto prazo (até 12 meses) e longo prazo (acima de 12 meses).

10 Patrimônio líquido

Capital social

O capital social em 31 de março de 2026 e em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 12.007, representado por 12.007.000 (doze milhões e sete mil) ações ordinárias normativas e sem valor nominal, todas pertencentes à Controladora MLog.

Distribuição de lucros

Do lucro líquido apurado na demonstração do resultado do período, aplicam-se: (i) 5% (cinco por cento) na constituição de reserva legal até que esta atinja o limite de 20% (vinte por cento) do capital social e (ii) 25% (vinte e cinco por cento), que serão obrigatoriamente distribuídos aos acionistas, à título de dividendo mínimo obrigatório, na proporção das ações por eles detidas, cujo saldo terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.

A Companhia apresentou prejuízo no exercício de 2025, portanto, não houve distribuição de dividendos nem constituição de reservas.

Resultado por ação (básico e diluído)

O quadro adiante apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo do resultado por ação no período findo em 31 de março de 2026 (exceto a quantidade de ações em circulação e o resultado por ação básico e diluído):

	<u>31/03/2026</u>	<u>31/03/2025</u>
Resultado atribuído aos detentores das ações	(3.277)	(3.657)
Ações em circulação (média ponderada)	12.007.000	12.007.000
Resultado por ação - Básico e diluído (*)	<u>(0,27)</u>	<u>(0,41)</u>

(*) A Companhia não tem instrumentos financeiros diluidores, bem como o prejuízo do período não gera efeito diluidor.

11 Receita líquida de prestação de serviços e custos dos serviços prestados

	<u>31/03/2026</u>	<u>31/03/2025</u>
Receitas		
Afretamento de embarcações	45	-
Receita bruta	<u>45</u>	<u>-</u>
Deduções		
PIS e COFINS	(4)	-
Receita líquida	<u>41</u>	<u>-</u>
Custo dos serviços prestados		
Depreciação	(26)	-
	<u>(26)</u>	<u>-</u>
Resultado bruto	<u>15</u>	<u>-</u>

12 Despesas com pessoal

	<u>31/03/2026</u>	<u>31/03/2025</u>
Remuneração	(436)	(549)
Honorários da administração	(923)	(740)
Encargos	(131)	(263)
Benefícios	(307)	(216)
	<u>(1.797)</u>	<u>(1.768)</u>

13 Despesas com serviços de terceiros

	<u>31/03/2026</u>	<u>31/03/2025</u>
Consultoria jurídica	(9)	(6)
Auditoria	(30)	-
Consultoria	-	(200)
Publicações	(9)	(9)
Informática	(46)	(32)
Cursos e treinamentos	(39)	(1)
	<u>(133)</u>	<u>(248)</u>

14 Despesas financeiras

	<u>31/03/2026</u>	<u>31/03/2025</u>
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(1.321)	(1.429)
Juros com partes relacionadas	(55)	-
Juros com parcelamentos de impostos	(26)	(168)
Despesas bancárias	(135)	(213)
	<u>(1.537)</u>	<u>(1.810)</u>

15 Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido são apurados pelo regime de tributação com base no lucro real. A base de cálculo para apuração dos impostos considera as adições e as exclusões previstas na legislação vigente.

Em 31 de março de 2026, o montante de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social da Companhia é da ordem de R\$ 33.192 (R\$ 29.915 em 31 de dezembro de 2025), sobre o qual a Administração não registra o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos, tendo em vista a ausência de histórico de lucratividade em suas operações e, nesse momento, pela falta de expectativa de rentabilidade futura.

A reconciliação entre a alíquota nominal e a alíquota efetiva está demonstrada a seguir:

	<u>31/03/2026</u>	<u>31/03/2025</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(3.277)	(3.657)
Imposto de renda e contribuição social calculados à alíquota de 34%	1.114	1.243
Total	<u>1.114</u>	<u>1.243</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos não registrados:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos não registrados:		
Ausência de constituição de ativo diferido pela falta de expectativa de rentabilidade futura	(1.114)	(1.243)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	<u><u>-</u></u>	<u><u>-</u></u>

16 Instrumentos financeiros

Classificação por categoria

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos, quando aplicáveis, são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

Nível 1: preço cotado (não ajustado) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preço) ou indiretamente (derivado de preço).

Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Os principais instrumentos financeiros da Companhia em 31 de março de 2026 e em 31 de dezembro de 2025 estão relacionados a seguir:

	<u>31/03/2026</u>		<u>31/12/2025</u>	
	<u>Valor contábil</u>	<u>Categoria</u>	<u>Valor contábil</u>	<u>Categoria</u>
Ativos e passivos financeiros				
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	49	Custo amortizado	7.585	Custo amortizado
Aplicação vinculada	3.771	Custo amortizado	5.477	Custo amortizado
Partes relacionadas	23.574	Custo amortizado	23.381	Custo amortizado
Passivos				
Fornecedores	377	Custo amortizado	588	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	29.425	Custo amortizado	27.384	Custo amortizado
Partes relacionadas	15.426	Custo amortizado	22.864	Custo amortizado

Gestão de capital

Os índices de alavancagem financeira em 31 de março de 2026 e em 31 de dezembro de 2025 podem ser assim sumariados:

	<u>31/03/2026</u>	<u>31/12/2025</u>
(-) Caixa e equivalente de caixa	(49)	(7.585)
Ativo	(49)	(7.585)
Empréstimos e financiamentos	29.425	27.384
Partes relacionadas	15.426	22.864
Passivo	44.851	50.248
Dívida líquida	44.802	42.663
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)	(22.619)	(19.342)
Relação da dívida líquida sobre o patrimônio líquido (passivo a descoberto) - %	198,07	220,57

Gestão de riscos

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez, em linha com a Política de tesouraria e administração de caixa da Companhia. A Política estabelece critérios de proteção contra riscos financeiros decorrentes da contratação de obrigações, seja em moeda estrangeira ou nacional, com o objetivo de administrar a exposição de riscos associados às de taxa de juros.

Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são:

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Os instrumentos financeiros que estão sujeitos a riscos de crédito referem-se, substancialmente, às suas disponibilidades registradas em caixa e equivalentes de caixa (com instituições financeiras) e recebíveis de partes relacionadas.

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 4, o saldo em 31 de março de 2026 de caixa e equivalentes de caixa refere-se a recursos disponíveis mantidos em caixa ou crédito contra instituições financeiras que possuem *rating* em escala nacional entre AA - e AA+, baseado na agência de *rating* S&P.

A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos *ratings* de crédito externos das contrapartes. Sendo assim, não há indicativos de *impairment* baseado nessa exposição de risco.

Todas as operações são realizadas com instituições de reconhecida liquidez e em linha com as práticas de tesouraria e administração de caixa da Companhia.

Risco de taxa de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade de se incorrer em perdas financeiras por conta de flutuações negativas nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas às suas obrigações financeiras.

Adicionalmente, existe o risco da queda de juros atrelada ao CDI impactar negativamente a posição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia, gerando assim uma redução do nível de receita sobre aplicações financeiras. Existe também o risco de aumento de juros atrelado ao CDI impactar negativamente a posição de empréstimos e financiamentos pós-fixados da Companhia, gerando assim um aumento do nível de despesas financeiras de juros sobre empréstimos e financiamentos.

Análise de sensibilidade - Taxa de juros

Apresentamos a seguir o quadro demonstrativo consolidado com a análise de sensibilidade para os riscos de taxa de juros, considerando o fechamento em 31 de março de 2026. Esta análise considera o cenário provável conforme avaliação da Administração da Companhia.

As premissas utilizadas para o cenário provável determinado pela Administração tiveram por base as informações disponíveis no mercado no “Boletim Focus”, do Banco Central do Brasil (BCB), de 04 de maio de 2026:

		<u>31/03/2026</u>	<u>Projeção do efeito no PL em 31/12/2026</u>	<u>+25%</u>	<u>+50%</u>
				<u>Cenário I</u>	<u>Cenário II</u>
Equivalentes de caixa	CDI	48	6	8	10
Aplicação vinculada	CDI	3.771	497	622	747
Total		3.819	503	630	757
Empréstimos e financiamentos	CDI	(29.425)	(3.882)	(4.853)	(5.825)
Total		(29.425)	(3.882)	(4.853)	(5.825)
Exposição líquida		(25.605)	(3.379)	(4.223)	(5.068)
Indexador	CDI	14,75%	13,00%	16,25%	19,50%

Risco de liquidez

Representa o risco de escassez e dificuldade da Companhia de honrar seus passivos (principalmente dívidas). A Companhia procura alinhar o vencimento de suas dívidas com o período de geração de caixa da Controladora para evitar o descasamento e assim gerar a necessidade de maior alavancagem financeira. Chamamos atenção à Nota Explicativa nº 2.1, onde a Administração divulga sobre a situação de capital circulante líquido negativo, seus impactos potenciais nas operações e na gestão de tesouraria, bem como as medidas sendo tomadas para a sua melhoria.

O quadro a seguir detalha o prazo de vencimento dos principais passivos financeiros da Companhia e na data dessas informações contábeis intermediárias:

	<u>Até um ano</u>	<u>De um a três anos</u>	<u>Total</u>
Empréstimos e financiamentos	18.856	10.569	29.425
Fornecedores	377	-	377
Partes relacionadas	-	15.426	15.426
	19.233	25.995	45.228

Segue, para fins comparativos, a movimentação em 31 de dezembro de 2025:

	<u>Até um ano</u>	<u>De um a três anos</u>	<u>Total</u>
Empréstimos e financiamentos	19.945	12.439	32.384
Fornecedores	588	-	588
Partes relacionadas	-	22.358	22.358
	20.533	34.797	55.330

Antonio Frias Oliva Neto
Diretor Presidente, Administrativo-
Financeiro e de Relação com Investidores

Camila Pinto Barbosa de Oliveira
Diretora Jurídica

Bruno Júnior Dornelas da Rocha Gomes
Contador - CRC MG 106.836/O-8 S RJ